



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 5, DE 2015

Sugere a realização de Audiência Pública para debater o tema “Impactos Sociais Referentes à Edição de Medidas Provisórias”.

Autor: Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL

Relator: Deputado Lincoln Portela

I – RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de realização de Audiência Pública, formulada pela Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, com o propósito de debater os “Impactos Sociais Referentes às Medidas Provisórias”.

Segundo a entidade proponente, faz-se necessário abrir a discussão relativa a medidas provisórias e outras normas que versem a respeito de questões trabalhistas e previdenciárias do País, bem como sua aplicação para os dias de hoje e para as gerações futuras.

A CNPL registra, ainda, que a proteção social do Estado é tema recorrente em proposições que tramitam no seio das Casas



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Legislativas, o que gera a necessidade de uma reflexão por parte de parlamentares e da sociedade.

Ademais, a entidade revela a importância da participação de representantes das seguintes entidades: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

A mencionada Confederação sugere que a audiência seja realizada, preferencialmente, no dia 24 de março próximo.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, de acordo com a declaração prestada pela Secretaria da Comissão, observa-se que os requisitos formais, previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa – CLP, foram plenamente atendidos.

A sugestão em tela é pertinente e merecedora de atenção, pois trata de matéria de interesse do Parlamento e da sociedade brasileira.



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Vale mencionar que a proposta de discutir temas de natureza trabalhista, além de questões atinentes ao amparo social do Estado aos trabalhadores, com observância aos ditames constitucionais é, indubitavelmente, relevante e condizente com o papel desta Casa de Leis.

Assim, a realização de um amplo debate no âmbito desta Comissão, com autoridades e estudiosos do tema em comento, consoante proposto pela entidade, certamente será proveitoso.

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente à Sugestão nº 5, de 2015, de autoria da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais – CNPL, na forma do requerimento que apresento.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Deputado Lincoln Portela – PR/MG
Relator



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º , DE 2015.

(Do Sr. Lincoln Portela)

Sugere a realização de Audiência Pública
para debater o tema “Impactos Sociais
Referentes à Edição de Medidas Provisórias”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 24, Inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, para debater os impactos sociais referentes à edição de Medidas Provisórias que tratem de normas trabalhistas e previdenciárias do País.

Sugiro que sejam convidados para a palestra os representantes das seguintes entidades: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, bem como outros palestrantes com notório saber sobre o tema, a serem indicados oportunamente por esta Presidência.



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo atender à solicitação da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL, que objetiva promover uma Audiência Pública para debater os “Impactos Sociais Referentes à Edição de Medidas Provisórias”, principalmente as que versem sobre normas trabalhistas e previdenciárias do País, bem como a sua aplicação para o corrente ano e para as gerações futuras.

Entendemos que a proposta de discutir temas de natureza trabalhista, além de questões atinentes ao amparo social do Estado aos trabalhadores, com observância aos ditames constitucionais é, indubitavelmente, relevante e condizente com o papel desta Casa de Leis.

Assim, a realização de um amplo debate no âmbito desta Comissão, com autoridades e estudiosos do tema em comento, consoante proposto pela entidade, certamente será proveitoso.

Por entender que esta Comissão é a porta de entrada da sociedade civil organizada, em que as demandas apresentadas pelo cidadão são amplamente discutidas, de forma democrática e participativa, ratifico a necessidade do debate da matéria, devendo a Secretaria da Comissão agendar a reunião para momento oportuno.



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Por essa razão, apresento o presente requerimento, para o qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Deputado Lincoln Portela – PR/MG